



FCTUC FACULDADE DE CIÊNCIAS
E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

De há muito que nos conhecíamos...

RECONVERSÃO DA QUINTA DA BARROSA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO
EM ARQUITECTURA**

José Daniel Guerra Paiva Simões Nogueira

ORIENTADOR

Prof. Doutor Pedro Maurício Borges

Coimbra, Julho de 2010

RITA
PAI
MÃE
BRO
PMB
AF
JF
EN

9	INTRODUÇÃO
1	
5	TURISMO
2	
	A QUINTA
	2.1
19	LUGAR
	2.2
25	ANÁLISE
	2.3
39	CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO
3	
	O PROJECTO
	3.1
43	PATRIMÓNIO CULTURAL
	3.2
47	INTERVENÇÃO
	3.3
57	OPÇÕES CONSTRUTIVAS
61	CONSIDERAÇÕES FINAIS
65	BIBLIOGRAFIA
73	ANEXOS

“De há muito que nos conhecíamos...

Eu sabia de algo da sua alma e do seu corpo. Sabia-a iniciada por João, o mestre-escola e embaixador que morreu de sanidade e de tristeza...

Eu sabia-a forte e segura, nas suas espessas paredes de granito ou nas suas armações de castanho, mas descobrira-lhe já algumas cicatrizes, fruto de sucessivos crescimentos ou de agravos do tempo que, também ela não soube perdoar.

Eu amava a sua pobre riqueza, a sua carreira, o seu portão com o seu mouro, o seu terreiro, o seu jardim que outrora fora de baixo, algumas das suas fontes sem água, a sua velha noqueira, a beleza das suas camélias de Fevereiro.”

FERNANDO TÁVORA

CASA DA COVILHÃ
GUIMARÃES 1973-1976

INTRODUÇÃO

DE HÁ MUITO QUE NOS CONHECÍAMOS... mas só agora se tinha criado a oportunidade de reflectir sobre o rumo a tomar numa quinta, que, há algum tempo, se encontrava estagnada. A reabilitação da Quinta da Barrosa fez sempre parte de um objectivo familiar, no entanto, adoptou uma dimensão mais pessoal quando me tornei estudante de arquitectura. Fonte de inúmeras histórias contadas ao longo dos tempos, há muito que assistia de forma passiva ao seu contínuo declínio, à espera do momento em que se iria escrever mais um capítulo.

Nos tempos que correm, o meio rural vive uma efervescência patrimonial, como reacção à desertificação do mesmo. No fundo, consiste em redescobrir este património cultural para o desempenho de novas funções diferentes daquelas que sempre desempenhou. Em relação ao objecto de estudo, uma quinta do princípio do século XX procurou fazer-se uma análise do lugar, da envolvente e dos processos construtivos associados a este tipo de arquitectura tradicional. Neste sentido, este trabalho aponta para a problemática da intervenção no património Rural, visando adaptar a quinta às novas funções propostas e reavaliando a finalidade a que se destina, à luz de novos requisitos.

O percurso, que aqui se apresenta, consiste, na primeira parte, numa breve análise sobre o tema do Turismo no Espaço Rural num contexto global, analisando as questões relacionadas com as características que o mesmo assume no plano estratégico do Turismo em Portugal, para assim poder ter um enquadramento genérico da problemática em

todas as suas dimensões, explicando o quadro normativo em que nos apoiámos para fundamentar algumas das opções de programa inseridas na proposta.

Na segunda parte, faz-se uma análise do lugar e do objecto de estudo - a Quinta da Barrosa - numa tentativa de perceber a sua identidade, por forma a intervir de acordo com ela. Partindo de um conceito mais lato, descrevem-se várias escalas da análise efectuada à quinta e sua envolvente.

A documentação relativa a este edifício era escassa e as memórias pessoais não chegavam tão longe. De desenhos inexistentes, a um levantamento feito sem grandes recursos, resultou uma base de trabalho do que resta de uma quinta que se foi “aguentando” até aos dias de hoje. Numa tentativa de compreender o percurso da mesma, de quase um século de existência e que tantas histórias teria para contar, faltou-nos um interlocutor que ajudasse a interpretar os fragmentos de informação que ainda ia sendo possível retirar dos poucos registos fotográficos disponíveis.

Mais do que entender e apontar o debate em torno de um tema, interessou-nos perceber a forma de operar da, e na, arquitectura vernacular, personificada num edifício de habitação, inserida num contexto de produção agrícola.

Na terceira parte, apresenta-se um projecto de arquitectura para a reconversão da Quinta da Barrosa num empreendimento de Turismo no Espaço Rural. Sendo este o capítulo principal desta tese de mestrado, é apoiado no estudo efectuado nos capítulos anteriores e é apresentado em anexo por intermédio de plantas, cortes e alçados. Neste capítulo, começa-se por fazer um breve enquadramento em relação à problemática da intervenção em património, seguindo-se a descrição das opções de projecto e construção.

1- TURISMO

COM A SUPREMACIA DO TURISMO BALNEAR, o turismo em Portugal tenta cada vez mais responder a essa massificação, actuando ao nível do enriquecimento da oferta, desenvolvendo e inovando conteúdos tradicionais portugueses que constituam factores de diferenciação turística. A isto acresce que, o Turismo Rural pode constituir um meio de controlar e mobilizar os recursos disponíveis, potenciando a criação de emprego em certas zonas e gerando um relacionamento social entre habitantes e turistas.

O turismo vem assim, de algumas décadas para cá, a nascer em espaços rurais e de interior, espaços com enormes potencialidades, que surgem como alternativa ao turista que procura fugir ao congestionamento do turismo de massas, por outras palavras, espaços que possam oferecer um tratamento mais personalizado.

Com a institucionalização do tempo livre e o uso das respectivas férias de uma forma mais fragmentada, o turismo vai desencadear novas tipologias turísticas.

Uma proposta de intervenção em Turismo Rural faz despontar a necessidade de reflectir sobre as preocupações mais locais, ligadas a valores vernaculares, numa tentativa de introduzir a tradição na arquitectura, com um sentido de sensibilidade contextual e integração na paisagem, tentando demonstrar o papel da arquitectura, como meio utilizado para a introdução de novos métodos conceptuais, na evolução do Turismo Rural.

Além disso, ao traçar-se uma estratégia para o desenvolvimento do Turismo Rural, deve ter-se como primeira preocupação o desenvolvimento sustentado da região e não a

sua transformação numa simples estância de férias, sob pena de a tornar única e exclusivamente dependente do turismo.

Consequentemente, os projectos devem ser planeados, de forma a potenciar a sua integração nas restantes actividades rurais, utilizando os principais recursos naturais da região e possibilitando a participação da população local.

Da necessidade de controlar o impacto na paisagem rural surge a legislação que dispõe que, os empreendimentos de Turismo no Espaço Rural devem integrar-se nos locais onde se situam, de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das respectivas regiões, através da recuperação de construções existentes, mediante o uso de materiais de construção e demais características da arquitectura típica local. A ideia de património surge, assim, não só associada a edifícios como igrejas, antigos conventos ou palácios, mas engloba também diversos edifícios habitacionais.

No que toca ao património cultural e à sua preservação, ter-se-á sempre que ponderar a identidade como factor determinante, porém não se pode esquecer que a identidade está em constante mutação, assim sendo, do diálogo entre a preservação e identidade terá sempre que resultar a possibilidade de o património se transformar e adaptar às novas realidades.

O Turismo Rural é o resultado de vários factores positivos que, quando bem aproveitados, têm dado um contributo importante para o desenvolvimento rural e pode ser um gerador de rendimentos, um incentivador de infra-estruturas, um vector de trocas e de sinergias entre o meio rural e o meio urbano e um multiplicador de investimentos directos.

Em Portugal, o Turismo Rural foi criado em 1986 com a regulamentação do Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 Agosto, tendo sido institucionalizadas três modalidades: Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agro-turismo. Actualmente, a definição apresentada pela Direcção Geral do Turismo (D.G.T.) encontra-se no Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos e é regulamentado pela Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de Turismo de Habitação e de Turismo no Espaço Rural.

“Embora sem a riqueza e a variedade de alguns países – há que reconhecê-lo – a nossa arquitectura regional encerra muitas e valiosas lições. O que falta é estudá-las, aprendê-las, porque até hoje pouco mais se fez do que cabular. Pouco mais se fez do que copiar, estilizando-o, o aspecto dos edifícios característicos. E não é isso que interessa, fundamentalmente; nem a isso se pode chamar arquitectura regional.

O que realmente interessa é procurar, em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações. Depois, analisar até que ponto as soluções são boas e conservam actualidade, isto é, continuam a ser as mais adequadas, funcional e economicamente.”

KEIL DO AMARAL

UMA INICIATIVA NECESSÁRIA
ARQUITECTURA Nº14, ABRIL 1947

2.1- LUGAR

O PONTO DE PARTIDA DE UM PROJECTO é muitas vezes o lugar onde se insere, assim, nada será mais importante do que compreendê-lo e para isso, é vital observá-lo como um todo, inserido numa cultura e numa história próprias, ao invés de o analisar isoladamente, como se nada o circundasse.

Somente esta visão conjunta e reflexiva do lugar e do que o rodeia permitirá definir a sua identidade e intervir de acordo com ela.

Obviamente que, a definição de lugar não se basta com a descrição do espaço físico, uma vez que a identidade do lugar é traduzida essencialmente pela cultura local, pela forma com esta ficou impressa no espaço e ainda pelo impacto que tem em quem o utiliza.

A definição do lugar há-de, por isso, espelhar a história do povo e o modo como este viveu o espaço, só assim sendo verdadeiramente possível apurar a essência do local.

Importa, igualmente, prestar atenção aos elementos geográficos do lugar, às suas diferenciações climáticas, ao tipo de vegetação que o envolve e à diferença na forma como a luz incide no terreno nas diversas estações do ano.

A arquitectura vai muito além de uma concepção do espaço físico, alicerçada em materiais construtivos, pois interessa acima de tudo transpor para a arquitectura a dinâmica que as pessoas estabelecem com o lugar e só conhecendo e assumindo a vertente sócio-cultural do espaço será possível conferir à intervenção um carácter simbólico.

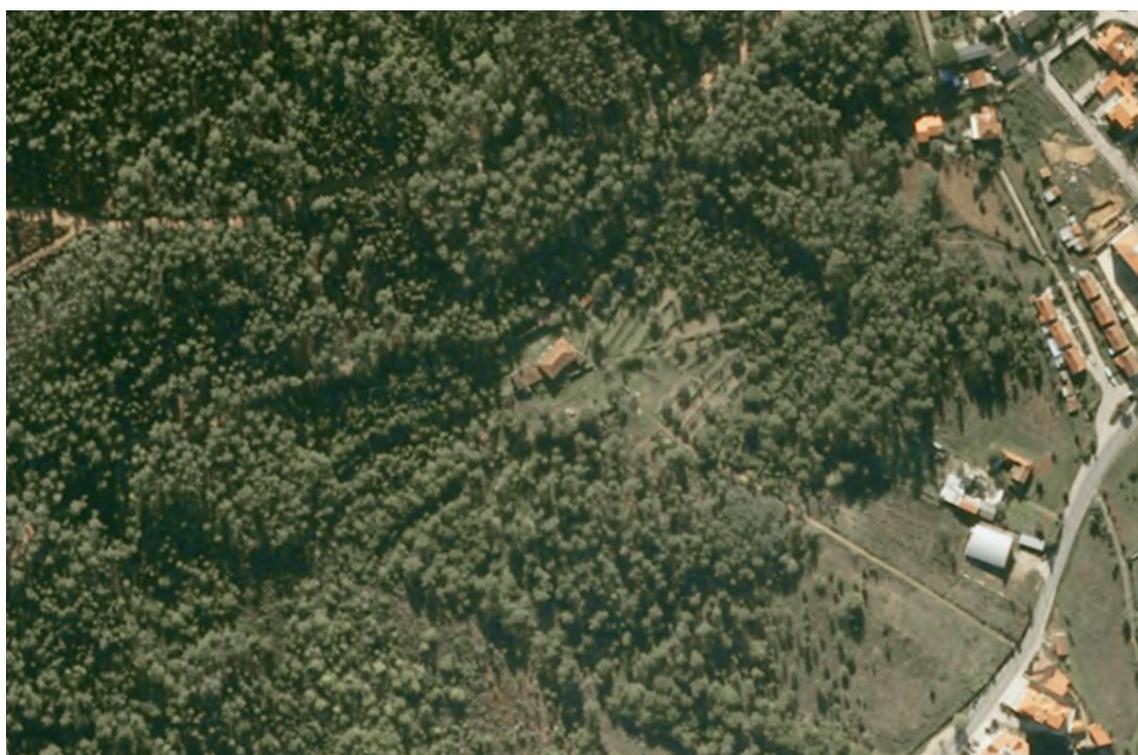
A simbologia do lugar assume maior relevo quando se está perante arquitectura tradicional ou vernacular, na medida em que este tipo de arquitectura tem na sua génese a natureza local, a cultura do povo e os próprios materiais disponíveis e típicos da zona, tudo harmoniosamente conjugado com o meio envolvente.

Consequentemente, estando em causa uma edificação que reflecte a arquitectura tradicional como a Quinta da Barrosa, torna-se necessário estudar cuidadosamente todos estes factores e aplicá-los à proposta de reabilitação, sob pena de passar completamente ao lado da sua essência.

“Esta Beira confunde-me. Vejo que há nela qualquer coisa de específico e seu, que tem grandeza e verdade, quase que vislumbro a coisa nestes pequenos rios que correm sem fúria e nestas serras sem majestade, mas não apanho a verdade toda. Foge-me o fio à meada por entre os xistos das casas e os XX da língua. Não é desconfiança o que reina aqui. É talvez prudência, cautela, o sentimento natural que se tem num cão sem grandes horizontes. Mas é possivelmente esse cuidado humano que me inibe, porque sou naturalmente franco e pego o toiro de caras. Hei-de, contudo, vencer a esfinge. Não posso levar para a sepultura a mágoa de não entender um pedaço da minha própria alma.”

MIGUEL TORGA

ARGANIL, 21 DE JUNHO, 1944



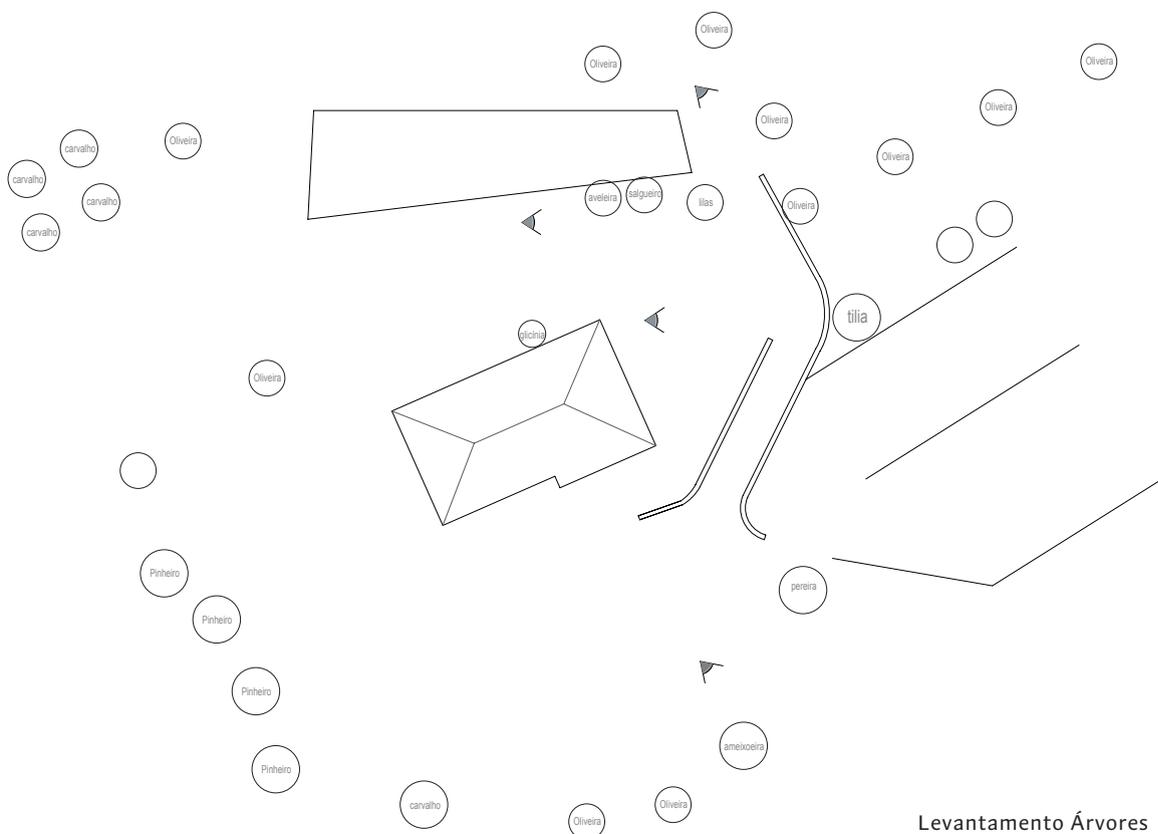
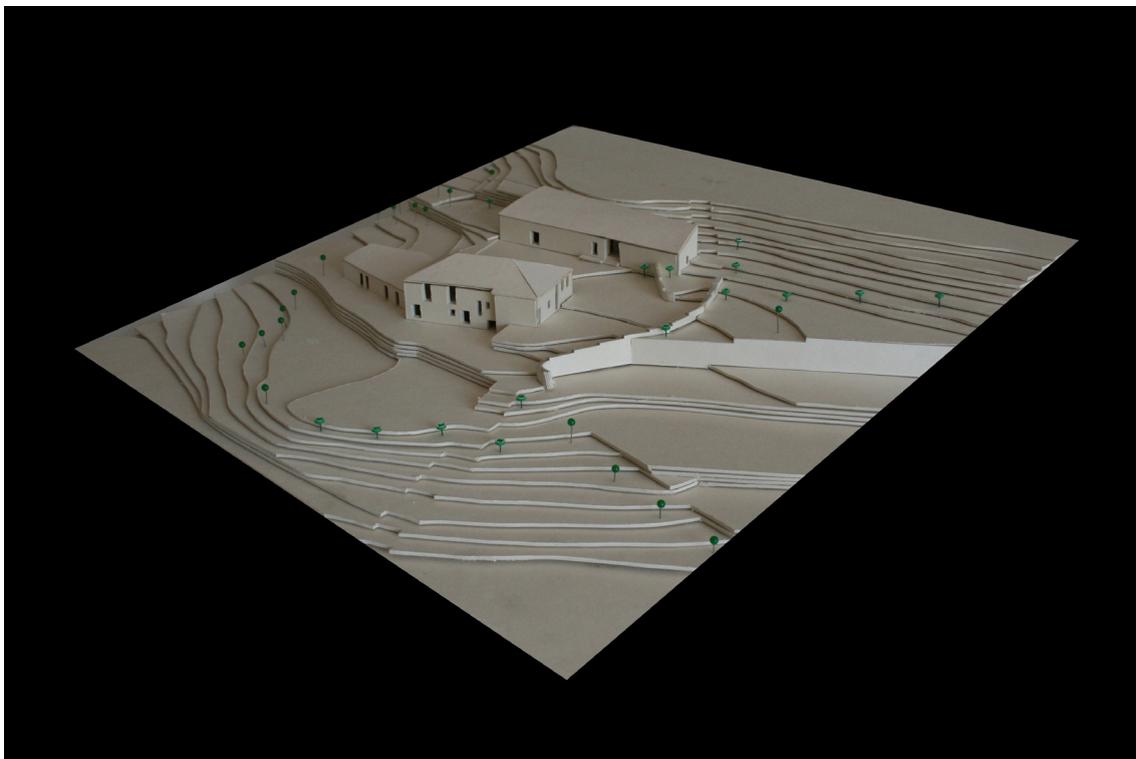
2.2- ANÁLISE

O CONCELHO DE ARGANIL enquadrado no território da Região Centro de Portugal, integra, também, a designada sub-região do Pinhal Interior Norte, composta por catorze concelhos. Situado na província da Beira Litoral, Concelho do Distrito de Coimbra, é também delimitado por Concelhos pertencentes à Beira Baixa e à Beira Alta. Esta centralidade pode explicar as semelhanças com as características de várias tipologias de Arquitectura Popular Portuguesa.

A Região é marcada por um povoamento disseminado que se caracteriza, em oposição a outras formas de ocupação humana do território, pela fixação do lavrador e da sua família junto das terras que trabalham. Tendo em conta o intenso retalhado do solo, o tecido rural apresenta-se-nos salpicado de propriedades de todo o tamanho, a que os caminhos dão a necessária coesão. As condições económicas desta região constituíam um condicionamento para a Arquitectura Regional, “são nítidas algumas semelhanças com as casas da banda sul do Tejo, embora estas diferenças se diferenciem pelo que se conserva de beirão”.¹ Cravadas no seu próprio terreno, mantendo sempre uma estreita relação com o meio natural, despontam as casas que, à semelhança da Quinta da Barrosa, “revelam aqui e além certas influencias locais mas não são produtos específicos da região”.²

¹ Arquitectura Popular em Portugal, 1º volume, Ordem dos Arquitectos, 4ª ed., Lisboa, 2004,pág.222

² Ibidem, p.222.



Evidenciando traços arquitectónicos de transição entre os da Beira e os da Estremadura, a quinta funcionava como um organismo unifamiliar e auto-suficiente, composta pela moradia e construções anexas, onde se podiam produzir e armazenar produtos agrícolas.

O clima é continental, com os Verões muito quentes e secos, mas são os Invernos rigorosos que mais se temem neste meio rural.

Numa região em que predominam terrenos xistosos, entre os pinheiros, nos terrenos aráveis, privilegiava-se uma policultura onde cresciam o milho, o centeio, a batata e onde também se plantavam oliveiras e videiras, que serviam quase na sua exclusividade para consumo próprio, podendo, porém, o excedente ser vendido. Criavam-se também animais, uns para consumo e outros que desempenhavam um papel mais importante, sendo utilizados no trabalho agrícola.

O facto da quinta estar isenta da qualquer dependência provocada pelo parcelamento de propriedades vizinhas, permitiu uma implantação livre, adaptando-a a qualquer acidente do terreno.

O terreno de 15 ha ocupa uma parcela considerável da zona Poente da encosta que desce desde o seu topo até à EN342. A Norte e a Sul confronta-se com terrenos particulares de uso florestal.

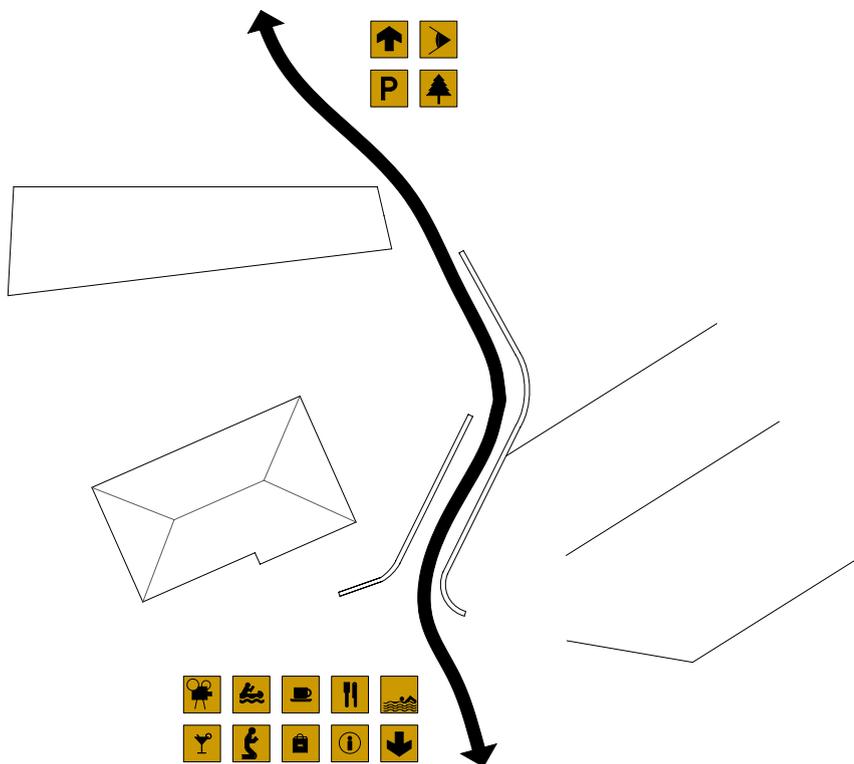
Recorrendo a materiais tradicionais, seguindo as regras da arquitectura vernacular, a casa foi marcada, desde o início da sua história, pelo seu carácter rural, sendo a sua organização espacial um reflexo de uma economia agrícola.

A quinta é formada por um conjunto de espaços cobertos - a adega, o curral, o alpendre e a própria habitação, que se distribuem em torno de um pátio central - a eira, que funciona como uma sala de estar ao ar livre, a partir da qual se tem acesso a tudo e a ela dando todas as portas.

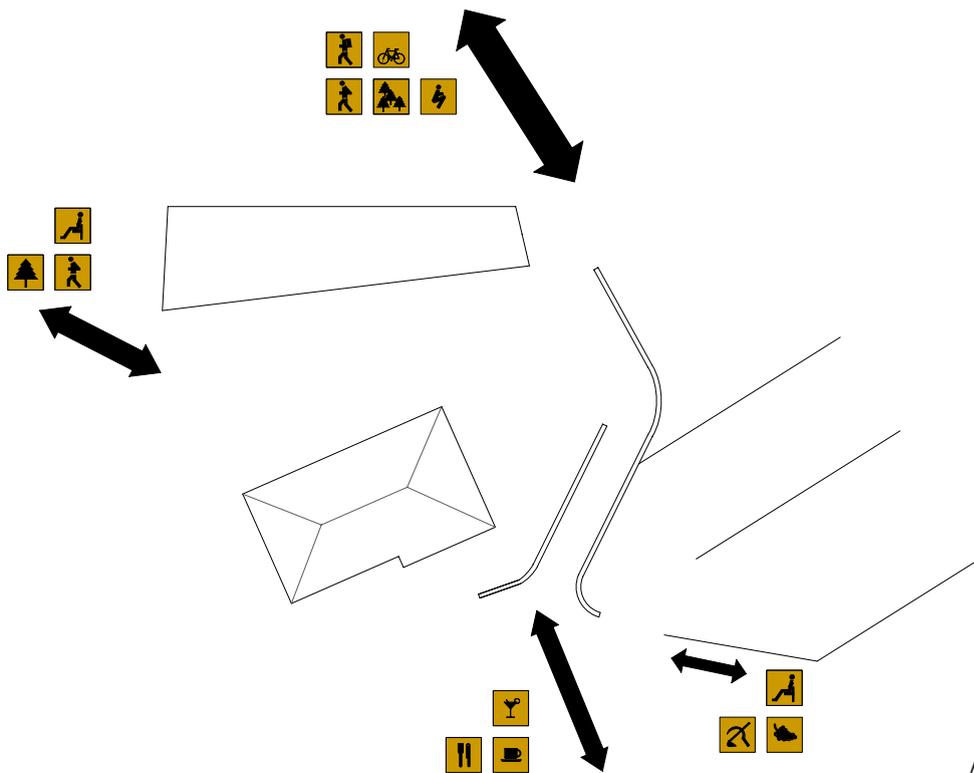
Apesar da dimensão da área coberta, a quinta não manifesta grande ostentação, muito pelo contrário, tudo se mede pela economia nos processos de construção, regidos por normas de vida rural.

Para estudar a sua implantação, fez-se um estudo através de diagramas da quinta e da sua envolvente, para ajudar a clarificar as mais-valias do terreno e desta forma enquadrar uma futura proposta.

Fez-se um levantamento da localização e dos respectivos tipos de árvores que se situassem em zonas próximas às áreas cobertas da quinta e que se apresentam nas fotografias em anexo, acima de tudo porque, logo à partida, se tomou a decisão de tentar integrar estes elementos naturais na implantação de uma futura proposta.



Acessos Automóveis

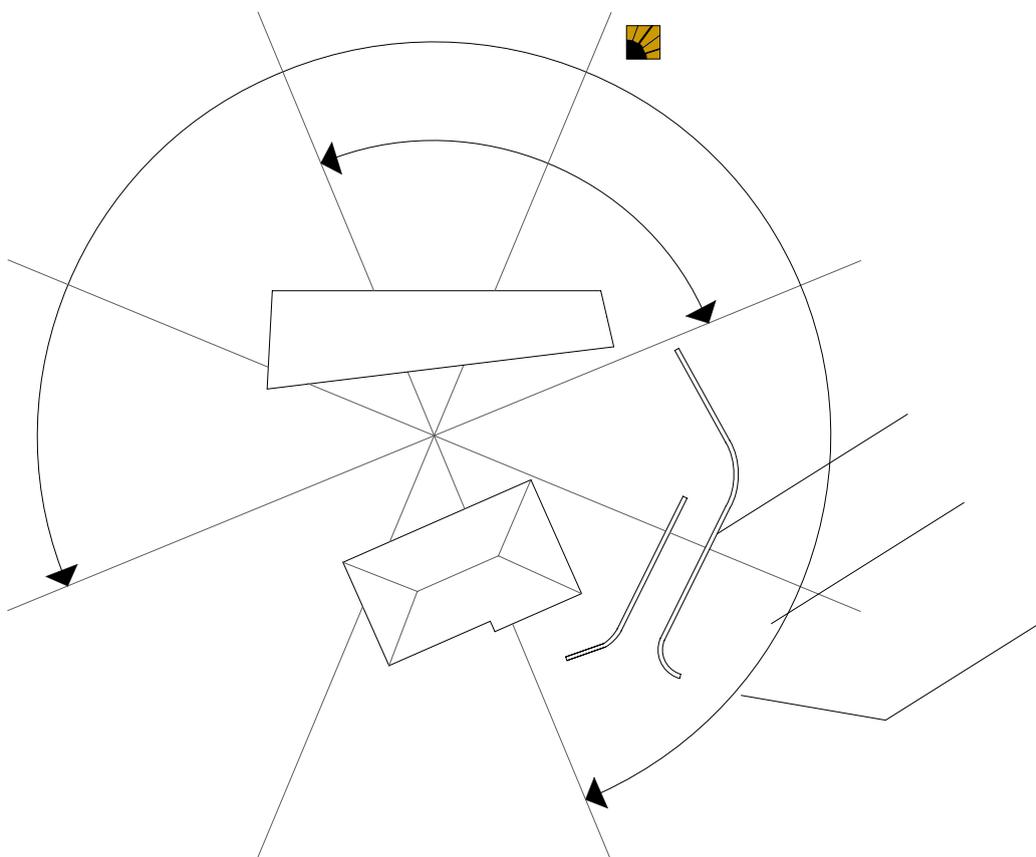


Acessos Pedonais

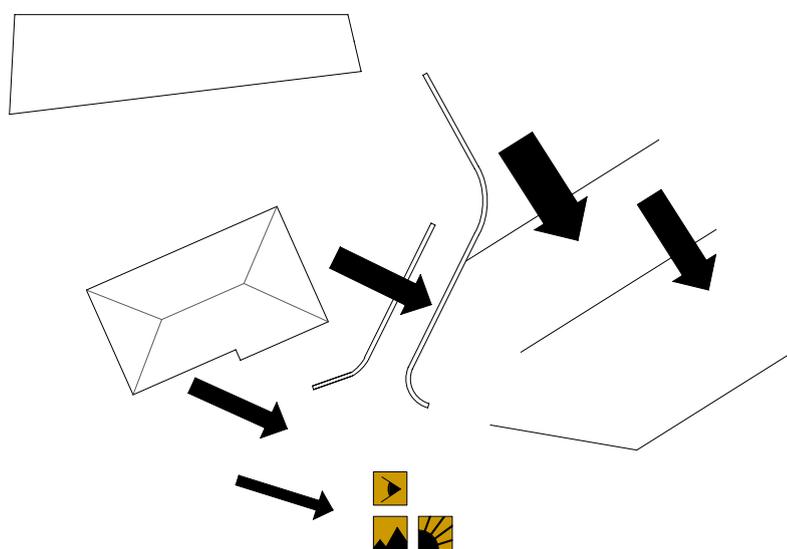
Os acessos foram outro dos tópicos estudados, uma vez que a forma como se acede à quinta e como dela se pode aceder a outros lugares seria um dado importante para perceber o seu funcionamento geral. O acesso automóvel à quinta era passível de ser efectuado por dois caminhos diferentes: um principal, que vem directamente da EN342 e por conseguinte, o caminho mais directo para chegar à quinta e um secundário, que, embora também pudesse ser uma alternativa no acesso para quem vem da vila, é visto mais como um caminho florestal que permite o acesso da quinta a um estacionamento secundário e a trilhos e estradas de terra batida, que ligam a outras povoações próximas como Mancelavisa, Folques, entre outras. Ambos os acessos convergem num ponto que vai dar à eira, reiterando mais uma vez o que atrás foi dito sobre a centralidade desta no desenho geral da quinta. Este caminho, que atravessa a quinta na direcção Oeste-Este, acaba também por se tornar num elemento que faz a separação entre a área construída e os terrenos agrícolas e as vinhas, situados no lado Sul da quinta.

Pensando agora, no ponto de vista dos acessos a partir da quinta, descendo a encosta, voltamos à EN342 que nos leva no sentido do centro da vila, onde podemos encontrar restaurantes, lojas e cafés de onde se destaca o Teatro Alves Coelho, obra seleccionada no IAP XX. No sentido inverso, podemos-nos dirigir para a praia fluvial do Rio Alva, situada a menos de 1 km de distância

Quanto aos acessos pedonais, são várias as possibilidades para aceder a partir da quinta, por forma a explorar a sua envolvente próxima. Alguns destes caminhos sobrepõem-se aos acessos feitos por automóvel, enquanto outros permitem a ligação a zonas mais particulares da quinta. Destes, destacamos um caminho que desce a encosta, acompanhando as plataformas existentes e que se liga ao espaço agrícola, o acesso ao pinhal, que favorece caminhadas ou passeios de bicicleta pela natureza e um outro que, embora não existisse até à demolição do palheiro, assume agora algum destaque, na medida em que atravessa uma zona de carvalhos que se desenvolveram de forma espontânea, acabando por transformar uma zona secundária numa das zonas mais interessantes da quinta.



Exposição Solar



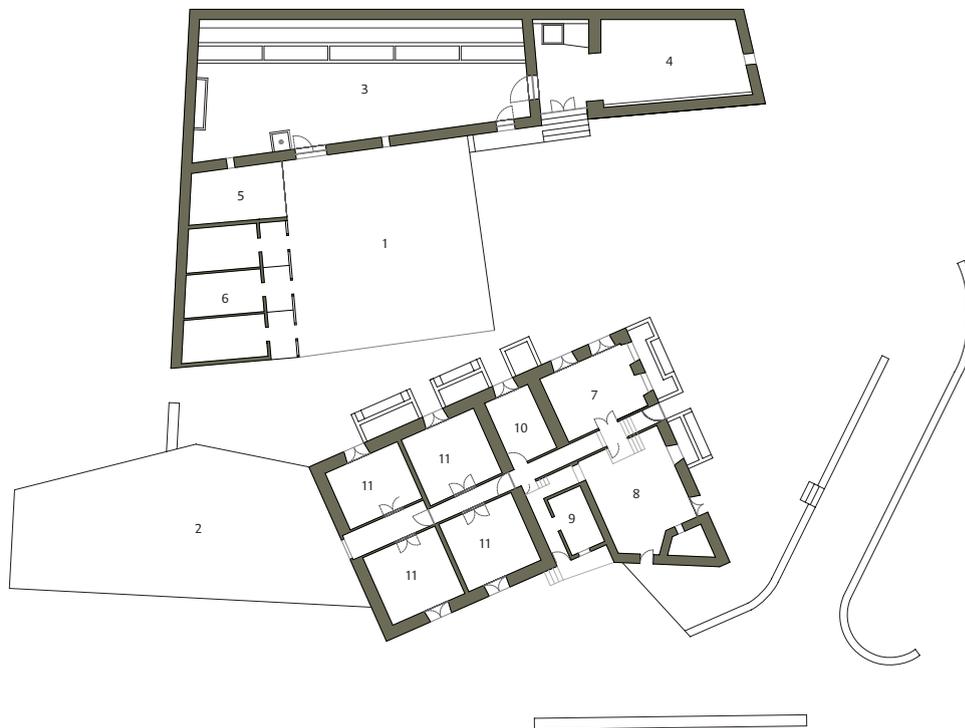
Vistas

Analisou-se a orientação solar nas diferentes estações do ano, para aferir a forma como o sol incidia e quais as zonas a privilegiar e a resguardar.

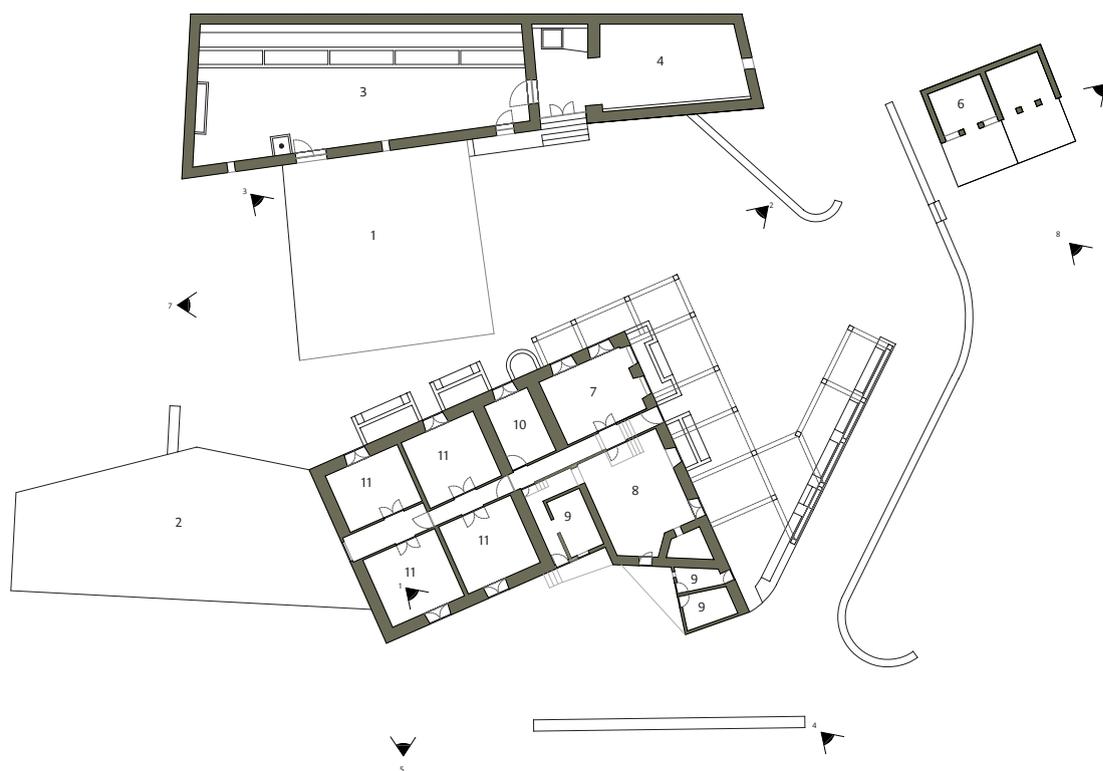
Se no Inverno, o sol se põe a eixo da eira e permite que o pôr-do-sol tenha um significado particular, quando observado a partir da eira, no Verão, incide de forma mais directa sobre a fachada virada a Poente, tendo daí surgido a necessidade de criação de um filtro que protegesse estas zonas. A sua implantação orientava a quinta para Sul- Poente para, no Inverno, receber mais horas de sol durante o dia e para abrigar dos ventos dominantes.

Estando situadas a meio de uma encosta, as zonas viradas a Poente acabam por ser as mais privilegiadas, possuindo uma vista desafogada sobre o horizonte.

No entanto, nem todas as zonas estão abertas a este olhar sobre a paisagem, pois, se por um lado, o facto de estar rodeado de pinheiros é umas das características que torna a envolvente da casa uma das suas mais-valias naturais, na medida em que serve de filtro para as casas e estrada situadas ao fundo da encosta, criando uma sensação de isolamento e pertença a um espaço natural longe de construção, por outro, acaba por ser também o factor que obstrui a vista sobre o horizonte, com excepção da zona em que os socalcos derivados da plantação das vinhas acabam por tornar esta direcção mais desafogada, libertando o olhar para uma paisagem mais longínqua.



1950

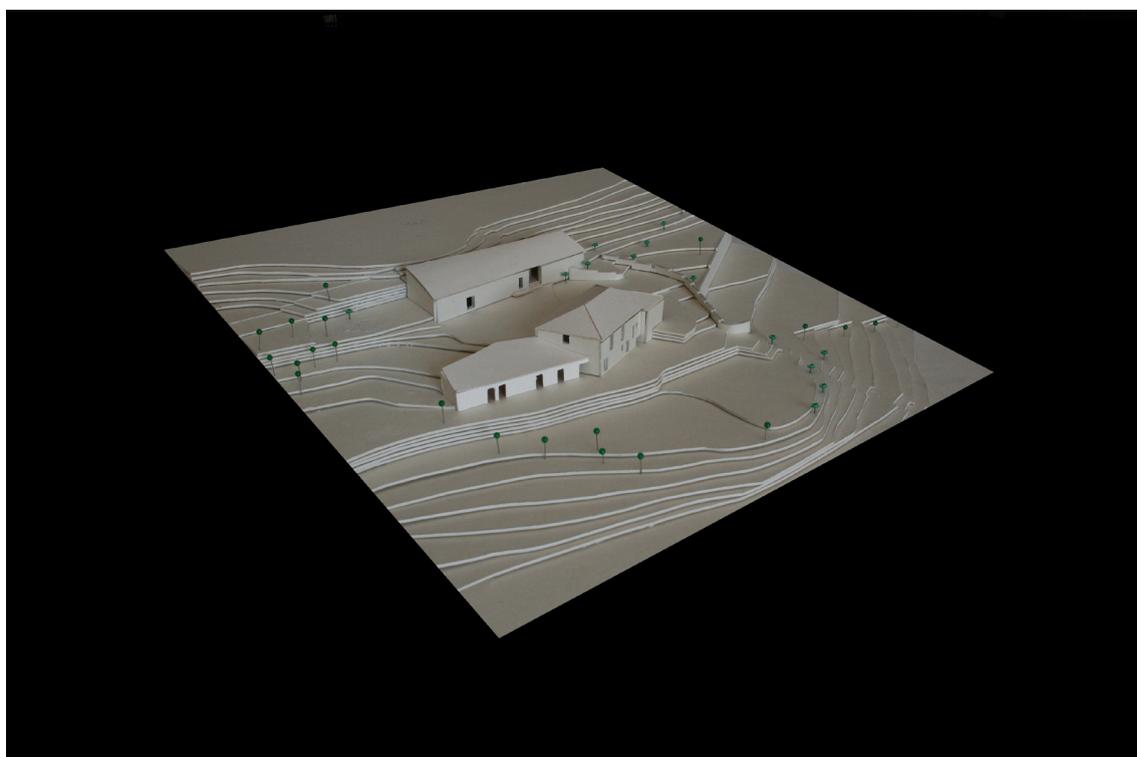
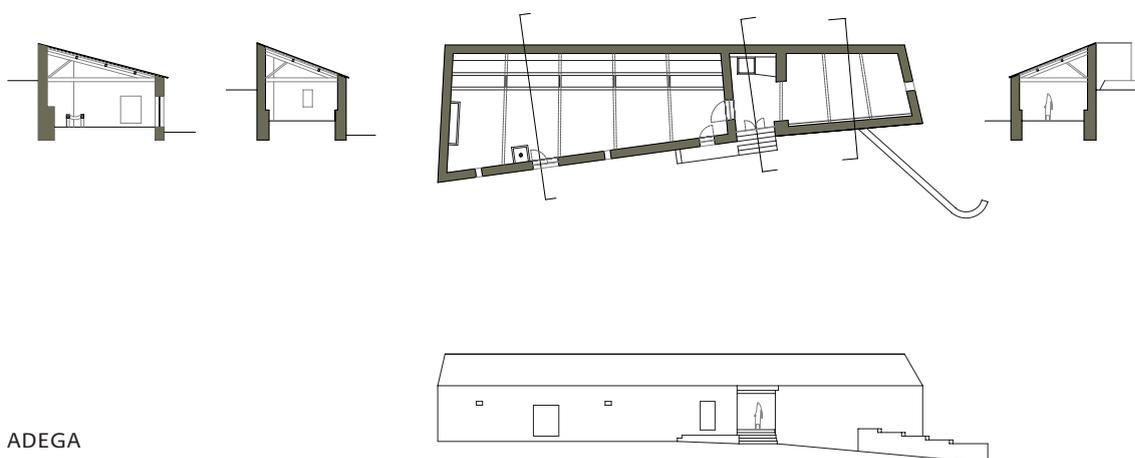


2010

Ao longo de mais de um século de existência, a quinta sofreu várias transformações. A supressão de alguns elementos e o acrescento de outros acabaram por contribuir para um processo de “descharacterização” do aspecto geral da quinta. Efectivamente, uma casa e a sua envolvente, que são sucessivamente vividos por diferentes gerações, sofrem também constantes mutações, de forma a adaptarem-se e a corresponderem quer às necessidades das distintas pessoas que neles vão habitando quer às exigências dos novos tempos e da própria sociedade.

Nesta perspectiva, uma das fases que mais contribuiu para a forma como a casa se nos apresenta hoje foi o momento em que se decidiu adicionar ao programa duas casas de banho. Esta necessidade marca um período de viragem, tendo a quinta começado a ser utilizada como local de curtas estadias, onde a família se reunia para passar alguns meses no Verão. O acrescento surge, como é habitual neste tipo de arquitectura, num prolongamento de uma das águas da cobertura para criar o espaço onde se viriam a localizar os sanitários.

Formada, como já foi referido, por um conjunto de espaços cobertos que se distribuem em torno de um pátio central, que perdeu a sua utilidade como ferramenta de trabalho, muitos destes espaços deixaram de ser utilizados, o que aliado à sua falta de manutenção, resultou no desaparecimento de alguns volumes que compunham o desenho original da quinta, fazendo-se notar a falta do volume do palheiro, já extinto que fechava o pátio e que de certa forma dava um significado à eira como parte de um conjunto em que todos os elementos eram precisos para compor o desenho geral em U. No entanto, ainda perduram o edifício da habitação, o lagar (já em ruína) e o curral dos bois que mantém a sua localização, mas com algumas alterações relativas ao desenho original, como se pode verificar nas fotografias apresentadas em anexo.



Eira

A EIRA É UM LOCAL A CÉU ABERTO por onde passa toda a vida da quinta, assumindo assim um papel multifuncional. Para além de ser um espaço de circulação de pessoas, dando acesso às diversas áreas cobertas que compõem o conjunto, era utilizado para estacionar e descarregar o carro de bois. O contacto com os currais fazia-se através de uma porta situada a Norte da eira, ao lado de um portão que funcionava como uma entrada secundária deste espaço, por onde entravam os bois, de modo a não passarem em frente à zona social da quinta. Por intermédio de fotografias antigas, adivinha-se um pavimento de pedra escondido por baixo de uma camada regularizadora de cimento que é actualmente o piso da eira.

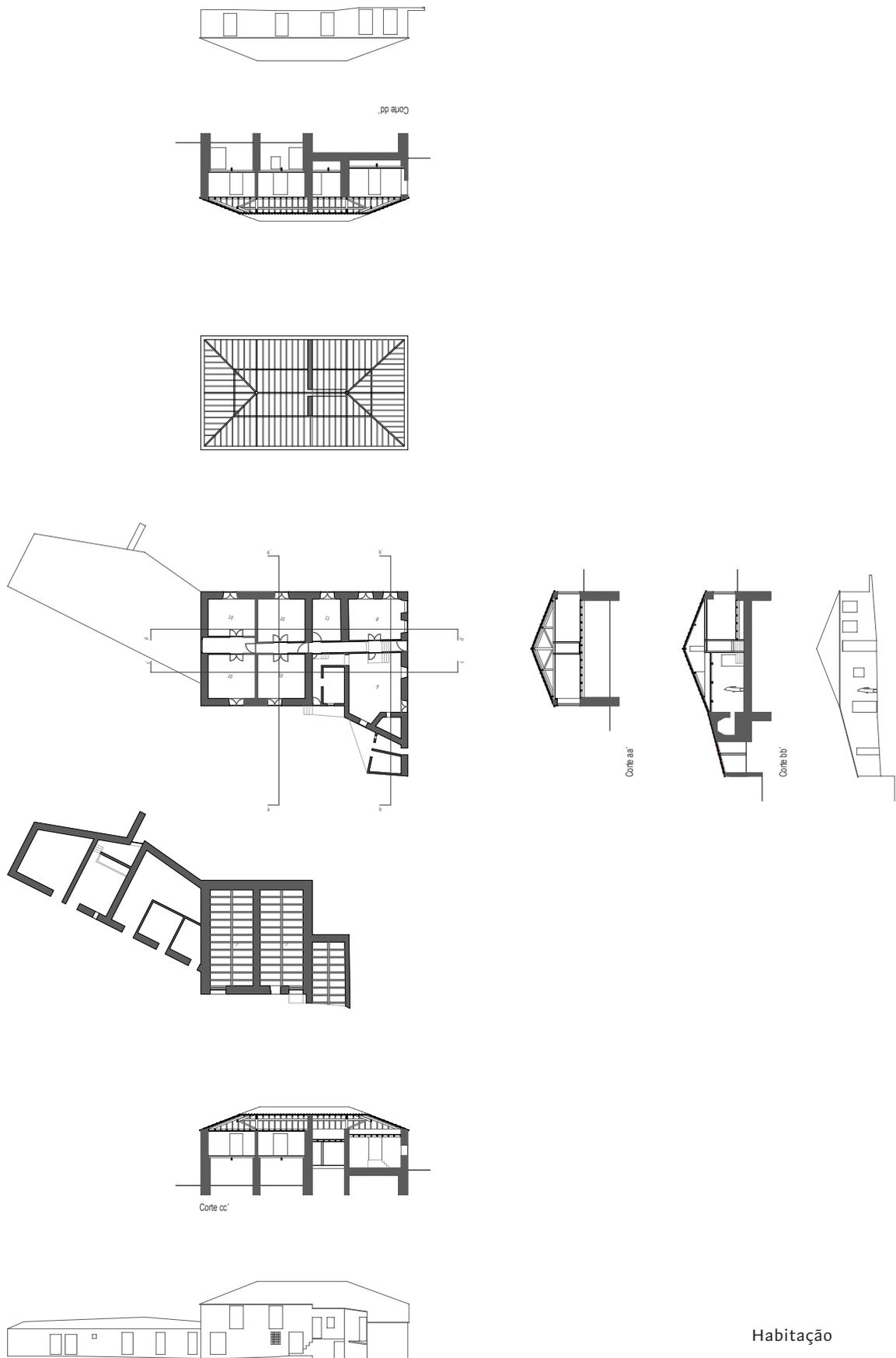
Curral

OS CURRAIS SÃO, DE CERTA FORMA, DISTRIBUIDOS, consoante a característica do animal a que se destinam. Existe, como que, um curral principal onde se recolhia o boi e animais de médio porte, situado no piso das lojas, distingue-se não só devido a uma maior dimensão, mas também ao facto de possuir uma manjedoura, onde era depositada a comida. Este curral permite o acesso directo da manjedoura à eira, o que facilitava o processo de alimentação dos animais.

Situados ao lado do alpendre ou celeiro, a fechar o lado Norte da eira, encontram-se os restantes currais, de dimensões reduzidas, que estariam reservados para as aves e animais de menor porte.

Adega

É, A SEGUIR AO VOLUME DA HABITAÇÃO, o de maiores dimensões na quinta. Com uma área de 160 m², divide-se em dois espaços, um de trabalho, amplo e escuro, arejado por pequenas frestas onde se produzia e armazenava azeite e um outro mais pequeno, onde se faziam as provas e se recebiam convidados. A separar estes dois espaços fica um pequeno átrio, que funciona como uma entrada social do volume que distribui para ambos os espaços. O espaço de trabalho tem o pavimento em terra batida e as paredes em alvenaria de pedra e possui dois vãos com ligação à eira, sendo que um deles apresenta dimensões suficientes para permitir a entrada e a saída do carro de bois. São protegidos superiormente por lintéis de madeira e para a sua emolduração foi utilizada uma alvenaria argamassada que delimita a totalidade dos vãos.



Habitação

A HABITAÇÃO É CONSTITUÍDA POR DOIS PISOS, designadamente o rés-do-chão com a configuração de um quadrado de 10x10m, a que corresponde uma área de 83 m², ladeada pelos dois currais e o 1.º piso com a forma de um rectângulo de 20x10m, que oferece uma área habitável de 120 m².

A implantação da casa e a distribuição dos espaços faz crer numa racionalização do planeamento, em que a Sul, estão dispostos os espaços sociais da casa, a sala e a cozinha, com uma ligação a um “terraço”, com vista sobre a encosta, que funciona como um espaço de lazer ao ar livre que complementa o grande espaço ao ar livre que é a eira, ficando as lojas e currais num piso inferior e orientadas a Norte e a Oeste.

Em relação ao 1º piso, depois de feito o levantamento, notou-se que o que inicialmente parecia um simples volume rectangular, era afinal dividido por uma parede de secção semelhante a uma parede exterior que decompõe este volume em dois quadrados: um mais social, que alberga a cozinha, a sala de jantar, as I.S. e o espaço agora destinado ao escritório e outro mais privado, que é constituído pela ala dos quartos. Com este elemento, reflectiu-se sobre se a casa não teria tido uma planta originalmente quadrada, sendo o restante um acrescento posterior ou se a espessura da parede estaria ligada a razões de ordem estrutural. Esta parede assume assim uma importância no interior, onde é apenas atravessada pelo corredor que percorre a casa de forma longitudinal e ordena o espaço interior num desenho que privilegia uma relação directa de todos os espaços com o exterior.

O principal acesso à casa faz-se pela entrada na fachada situada a Sul, que dá acesso directo ao corredor, que, por sua vez, faz a distribuição para as respectivas divisões.

A pendente do terreno foi aproveitada para instalar, a meia altura do pé direito das lojas, a cozinha - divisão chave no funcionamento da residência e detentora da maior área da casa. Completando o “quadrado social” do 1º piso, aparece a sala, o escritório e um espaço agora utilizado como instalação sanitária, mas que, no desenho original, já teria sido um quarto destinado a empregados, visto que a casa não possuía este tipo de programa no seu interior.

A outra metade do volume representa a zona mais íntima da casa, situada por cima das lojas e é ocupado na sua totalidade pelos quatro quartos da casa.

No exterior, onde normalmente se procura uma simetria, nota-se uma quebra de ritmo ao nível da distribuição dos vãos nas respectivas fachadas. Se, no alçado Nascente, um vão na sala, quebra o ritmo do que poderia ser um alçado composto por quatro aberturas, no alçado Poente, não se consegue ter a noção do desenho original, visto ser o alçado mais marcado por acrescentos posteriores, não se conseguindo encontrar um alinhamento com os vãos do alçado Nascente.

2.3- CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO

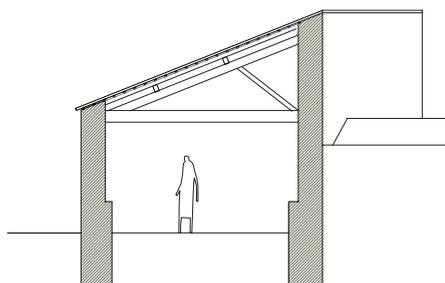
NEM TODOS OS VOLUMES QUE COMPÕEM A QUINTA se encontram em igual estado de conservação. As obras de manutenção realizadas no edifício principal, nos anos 90, contribuíram grandemente para que o edifício da casa não se encontre tão degradado, como, por exemplo, a adega. Neste volume, a falta de intervenção não travou o desgaste dos materiais construtivos, o que levou ao colapso quase total da cobertura e de parte da parede traseira.

No entanto, denota-se de uma maneira geral que, as paredes exteriores da casa, caracterizadas pela sua resistência autoportante que vai diminuindo de secção na vertical, possuem uma boa configuração, desempenho e verticalidade, na sua função de receber as cargas dos pavimentos superiores e da cobertura.

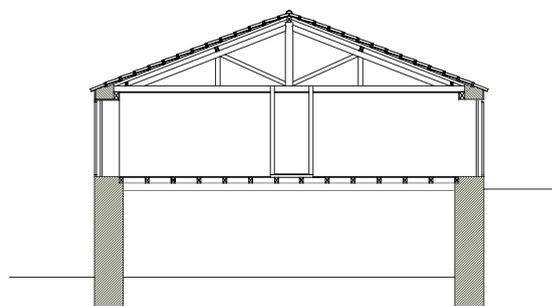
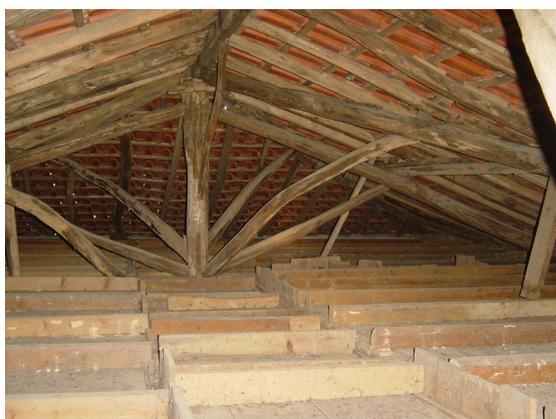
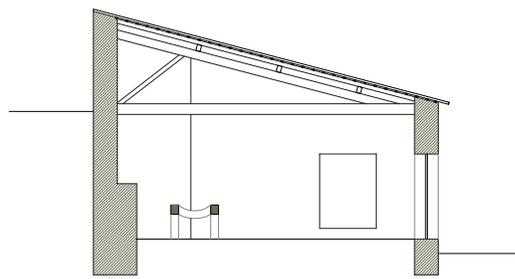
Quanto ao rés-do-chão, refira-se que é composto por lojas, afectas a arrumos de produtos da lavoura e animais, cujo pavimento é de terra batida e o único espaço da casa sem forro em que se conseguem perceber os processos construtivos. No limite superior do paramento da alvenaria de pedra, é visível um ressalto onde descarregam os impulsos dos barrotes que servem de suporte ao soalho do 1.º piso. (fotos apresentadas em anexo)

Este piso encontra-se dividido em dois espaços iguais que comunicam com o exterior através de vãos, encerrados por portas de madeira.

Em relação às características de cada um dos vãos, encontram-se protegidos no topo superior por lintéis de madeira, possuindo uma moldura igualmente de madeira (Anexo),



Corte Adega



Corte habitação

não nos parece, no entanto, que esta seja o processo construtivo original, visto que mesmo que não exista, em nenhum vão, uma guarnição em cantaria, normalmente era usada uma alvenaria argamassa a delimitar estes mesmos vãos, acabando este pormenor por ser o responsável pelos remendos que se observam em quase todos as janelas, uma vez que o reboco não agarra à madeira da mesma forma que agarra à alvenaria.

Para não sobrecarregar as paredes inferiores, a compartimentação do espaço é feita através de uma estrutura de madeira, cujas paredes de tabique, sendo pouco espessas, assumem pouco relevo na carga que se exerce nas paredes e por conseguinte, no travamento geral da estrutura.

A estrutura da cobertura de quatro águas é constituída por uma asna vulgar de madeira e não possui qualquer tipo de peça metálica a reforçar ligações entre elementos da estrutura. A cobertura é revestida pela tradicional telha portuguesa, de aba e canudo em beirado simples sobre um ressalto em argamassa.

Em relação à cobertura da adega, é-nos mais difícil fazer um mapa de toda a estrutura, sendo que, na zona mais estreita, se faz uso de uma estrutura de meia asna, isto é, de uma armação de madeira formando sistemas triangulares adequada para vencer vãos superiores a 5 m de comprimento. Para vãos de comprimentos compreendidos entre 6 e 7 m, como é o caso da zona mais larga da adega, seria necessário um apoio extra para vencer esta distância. Normalmente, adicionava-se uma escora para assegurar a estrutura, no entanto, uns socalcos na parede permitem adivinhar uma estrutura de apoio para a última asna que já ruiu. A cobertura da adega, ou antes, a parte que ainda existe, é constituída por telha de canudo.

São poucos os tipos de materiais envolvidos na construção da casa e adega, entre as paredes de pedra (calcária recheada com xisto) e elementos cerâmicos utilizados na cobertura, tudo o resto resulta em diversas formas de uso da madeira (castanho e pinho), que, nesta quinta, se estende por um vasto conjunto de componentes da casa, nomeadamente na estrutura dos telhados, nas padieiras, na construção de paredes interiores, nas portas, nas caixilharias das janelas e suas portadas interiores, nas forras dos tectos, nos rodapés, nos soalhos e nas estruturas de vigas, vigotas e pilares que as suportam.

3.1- PATRIMÓNIO CULTURAL

A CRISE QUE ATRAVESSA O MEIO RURAL, com a perda de centralidade das actividades agrícolas representa uma mudança na identidade destes espaços e é, desta forma, que actualmente assistimos a uma tentativa de combater esta tendência, por intermédio da recuperação dos valores tradicionais nos meios rurais, através da reconstrução do património, durante tantas épocas votado ao esquecimento.

A necessidade contemporânea de recuperar e conservar o património existente e que reflecte uma cultura ligada a símbolos mais tradicionais e característicos de uma nação, adveio de uma sociedade que durante muito tempo viveu arredada de todos os seus valores tradicionais, mas que actualmente fez as pazes com o seu passado e pretende reencontrar a sua identidade cultural.

A esta condicionante histórica associou-se um crescimento exagerado e uma incessante busca de novidades e mudanças, características das sociedades modernas.

A problemática deverá ser resolvida através de um projecto de reabilitação que respeite a essência do lugar, mas que não descure a harmonização de um novo programa com a construção pré-existente, implementando-o adequadamente no terreno e mantendo inalterada a composição exterior.

A legislação referente às construções impõe que a reabilitação dos edifícios se faça mediante um projecto, com novas exigências, que se insira no projecto antigo, o que, frequentemente, põe em causa a estrutura e integridade dos edifícios existentes.

A intervenção a realizar nestes edifícios não será apenas arquitectónica, mas acima de tudo cultural, na medida em que o objectivo a alcançar é a devolução de utilidade ao edifício, bem como a sua adaptação às necessidades da sociedade actual, por forma a que o património arquitectónico proveniente do passado seja conservado e perdure para que se possa continuar a dele usufruir no futuro.

Como já se disse a propósito do lugar, também a própria história do edifício deve ser devidamente valorada na proposta de intervenção, uma vez que, independentemente do valor do edifício, ele será sempre um reflexo das gentes que por lá passaram e isto verifica-se tanto numa pequena habitação familiar como numa casa senhorial.

Importa, portanto, compreender os sinais do tempo patentes na construção, para se conseguir apreender inteiramente a sua identidade, pois só assim se poderá fazer uma reabilitação que respeite a essência histórica da obra.

Actualmente, subjacente a qualquer proposta de reabilitação de património arquitectónico com características únicas e valor próprio está a preservação do lugar construído e a resposta às necessidades actuais. Consequentemente, espera-se uma intervenção em que seja manifesto o diálogo entre o passado e o presente, em que o respeito pela tradição e o apelo da modernidade se fundem num projecto coeso, capaz de harmonizar passado e presente.

Não se pretende, contudo, fazer a apologia do antigo em detrimento do novo, mas sim compreender que a perpetuação de edifícios antigos é uma importante fonte de cultura e tradição a que importa dar o devido relevo.

A difícil tarefa de interpretar um edifício e de fazer reflectir na proposta de intervenção a sua história passa por reavaliar o seu significado e o do lugar em que se insere, tentando atingir o ponto de equilíbrio entre a memória do passado e as necessidades programáticas do presente.

Esta reabilitação do património arquitectónico fez surgir uma dúvida, quanto ao tipo de abordagem a utilizar: dever-se-ia proceder à cristalização do edifício, mantendo-o exactamente como era originalmente ou dever-se-ia intervir, transformando o património pré-existente?

3.2- INTERVENÇÃO

AO LONGO DOS TEMPOS, as potencialidades da Quinta da Barrosa nem sempre foram inteiramente aproveitadas, conseqüentemente, a intervenção proposta teve como principal objectivo não só reedificar, mas também maximizar, através da reconversão, as valências do edifício e da sua área envolvente.

Para tanto, foi necessário recorrer ao quadro normativo da instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos, que em sentido estrito, se encontrava, na sua essência, vertido no Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de Março conjugado com a Portaria nº 937/2008 de 20 de Agosto, que são os diplomas fundamentais no processo da instalação dos empreendimentos turísticos em Espaço Rural.

De acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 39/2008, existem diversas tipologias de empreendimentos turísticos, designadamente estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, conjuntos turísticos (resorts), empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo no espaço rural, parques de campismo e caravanismo e empreendimentos de turismo na natureza.

Relativamente à proposta de intervenção, a tipologia mais adequada teria que ser a referida na alínea f) do n.º1 do citado artigo, que remete para o artigo 3.º da Portaria n.º937/2008, onde se encontra a definição de empreendimento de turismo no espaço rural, uma vez que são entendidas como espaço rural as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural.

Da leitura deste diploma resulta que, são empreendimentos de Turismo no Espaço Rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

A recuperação da quinta traduziu-se num processo de reabilitação e transformação numa unidade de turismo rural que passou pela reconstrução do desenho original do edifício, através de uma clarificação do existente, procurando anular as ambiguidades resultantes dos sucessivos acrescentos a que o mesmo foi sujeito ao longo dos tempos e respeitando sempre a traça arquitectónica pré-existente.

Assim, ainda antes da ideia de projecto, verificou-se a viabilidade da proposta de intervenção de forma a aferir se a casa tinha capacidade para se adaptar às funcionalidades propostas.

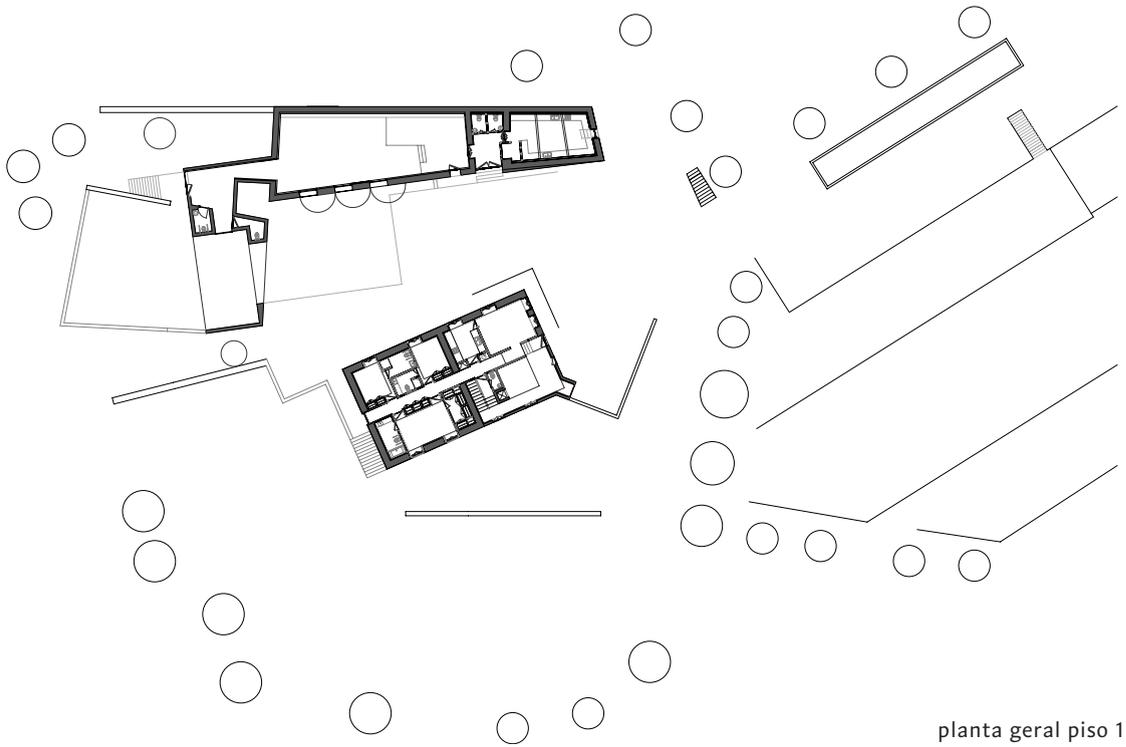
Nos termos do n.º3 do artigo 3.º da Portaria em análise, os empreendimentos de turismo no espaço rural classificam-se nos seguintes grupos: casas de campo, agro-turismo e hotéis rurais.

Criou-se o programa do empreendimento, de acordo com os requisitos necessários, para, no futuro, poder ser classificado como hotel rural, uma vez que, numa primeira fase, se optou por uma intervenção a uma escala inferior, mas sempre com possibilidades de ampliação, sem necessidade de alterar os espaços da presente proposta.

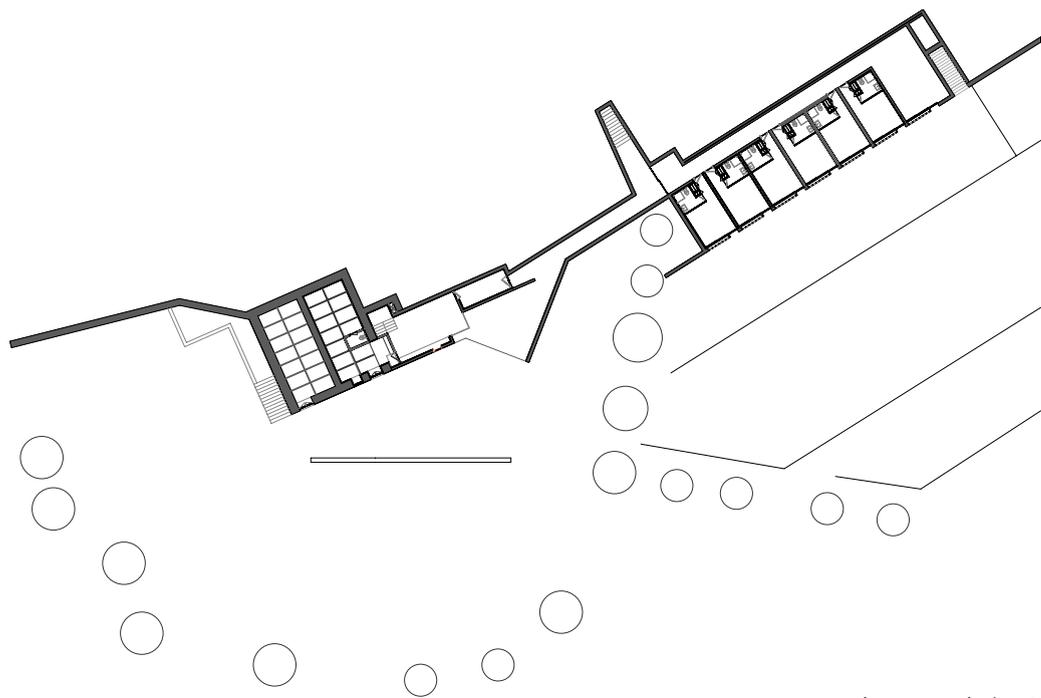
Deste modo, propõe-se um acrescento ao programa que passa pela inclusão de mais cinco quartos, ficando o complexo a contar na sua totalidade com oito quartos para arrendar, um deles passível de utilização por utentes com mobilidade condicionada e todos eles com instalação sanitária privativa, estando o quarto que resta reservado aos donos da casa. Relativamente às dimensões, cada unidade de alojamento possui uma área de 12m² e cada instalação sanitária apresenta 4 m² de área mínima.

O programa comum exigia, em conformidade com o art.º13.º da Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto, uma área de recepção, destinada ao registo de entradas e saídas de hóspedes, uma sala de estar (art.º13.º n.º3) e uma sala de refeições com capacidade para albergar, na sua máxima lotação, as 14 pessoas instaladas no complexo.

Quanto a infra-estruturas e equipamentos, foi necessário introduzir no programa uma zona de arrumos, separada das zonas destinadas aos hóspedes (art.º 11.º alínea e), um espaço de lavandaria, um espaço para depósitos de água e gás, um sistema de armazena-



planta geral piso 1



planta geral piso 0

gem de lixos, exigido quando não exista serviço público de recolha (art.º11.º alínea f) uma área de estacionamento (art.º 11.º alínea h) e uma piscina.

Cedo se tornou clara a necessidade de construir um novo volume, capaz de albergar parte do programa que não foi possível incluir no interior do edifício pré-existente.

Propôs-se uma intervenção que tornava clara as distintas funcionalidades da casa antiga e da nova edificação.

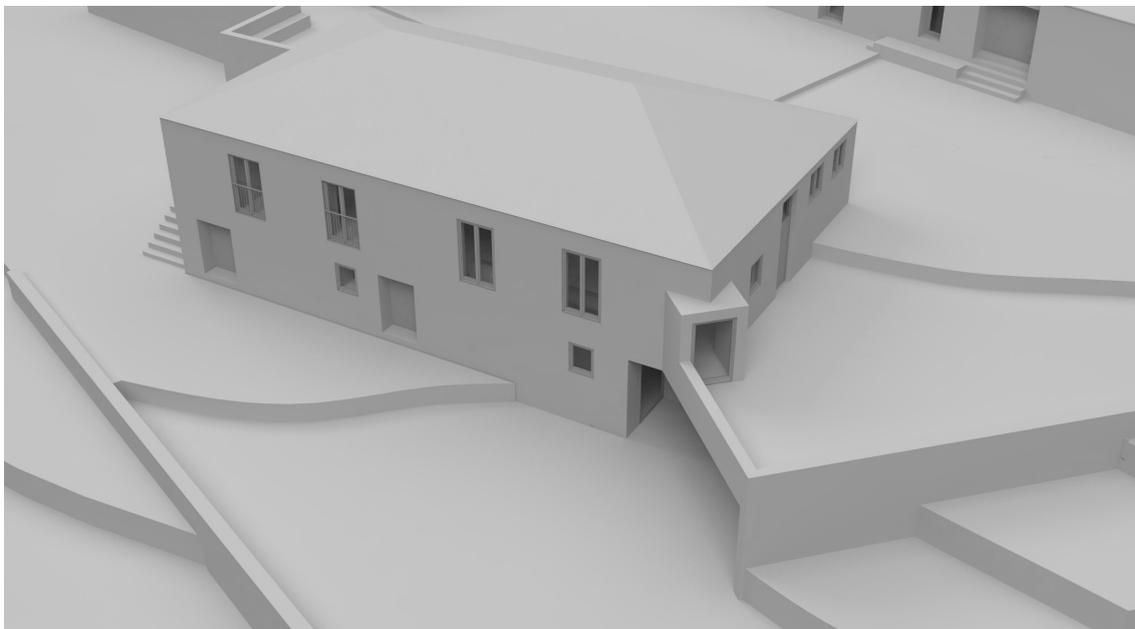
Estes dois edifícios foram dotados de espaços comuns, que simultaneamente não perderam as suas características individuais, numa tentativa de compatibilizar o novo e o antigo e de transmitir uma aparência de unidade e coesão.

Assentes estes pressupostos básicos, foram sendo feitos os primeiros esboços do projecto, com a finalidade de criar limites entre o existente, o novo e a envolvente exterior na procura de uma ordem global.

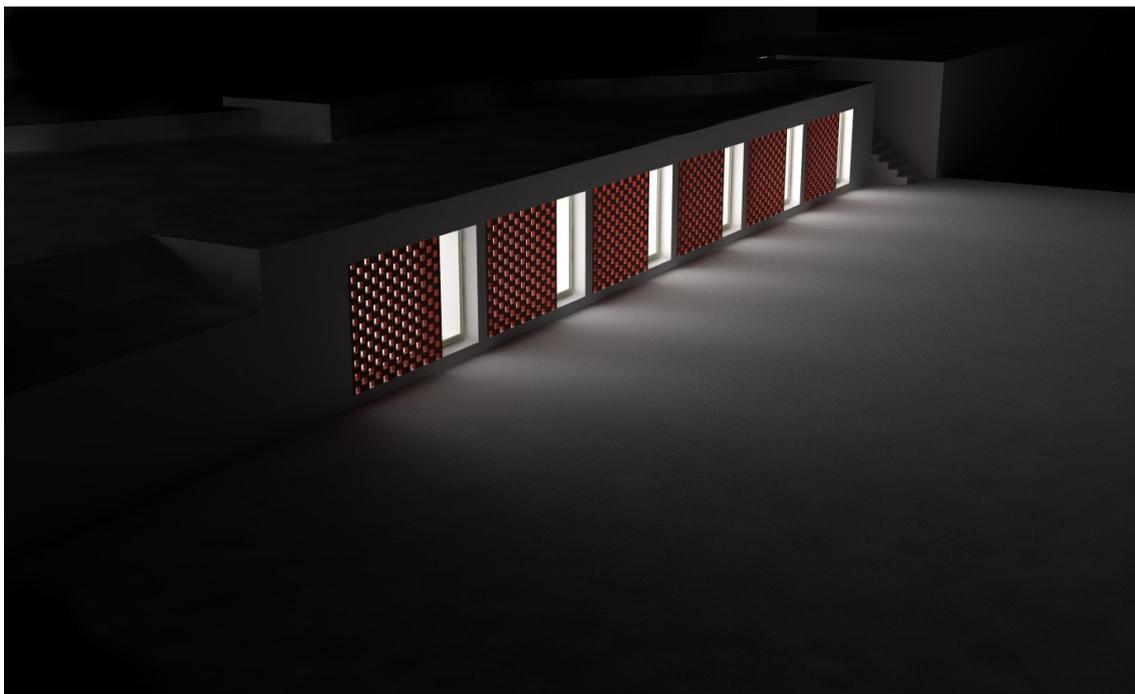
De um ponto de vista volumétrico, sentiu-se a necessidade de restabelecer uma ordem que já não existia desde a demolição do antigo palheiro e que passava por criar um volume que fechasse o lado da eira voltado a Norte, local anteriormente ocupado pelo espaço referido palheiro. Rapidamente se abandonou a ideia de esse ser o volume destinado ao acréscimo dos quartos, porque aí situados, ficariam voltados para o pátio numa posição encerrada dentro da quinta, o que não ia ao encontro da ideia de orientá-los para as vistas que a quinta oferecia sobre a paisagem. A proximidade à casa, com a possibilidade de criar uma ligação entre os dois volumes e as vistas sobre a paisagem, fez-nos optar por uma implantação em que se aproveitaria um dos socacos da zona sul, que tinha um desnível de aproximadamente 3 metros, para aí fixar o volume dos quartos.

Embora a eira seja sempre considerada o centro da quinta, como objecto de trabalho, a zona de maior permanência social sempre foi uma “varanda” situada na fachada Sul da casa. A proximidade da cozinha, da entrada da casa e o facto de desfrutar das vistas sobre a paisagem, fazia desta, a zona social ao ar livre, aquando das estadias na quinta. Foi sempre uma ideia de projecto, tentar manter o modo de funcionamento que a quinta tinha, não numa tentativa saudosista de reproduzir exactamente vivências anteriores, mas por achar que, algumas das opções tomadas continuam a ser a melhor forma de explorar as potencialidades dadas pelo terreno e envolvente.

Assim, decidiu-se manter a varanda com as características de uma esplanada ao ar livre, ficando situada numa zona intermédia entre o volume da casa e o volume dos quartos. Essa centralidade e a necessidade de fazer uma ligação entre os dois volumes conduziram



Perspectiva Volume Habitação



Perspectiva Volume Quartos

a que, o que era anteriormente um socalco no terreno, passasse agora a ser um terraço na cobertura de um carport. Interpretou-se a “varanda” como sendo um objecto a explorar, mantendo as funções antigas, mas acrescentando-lhe os encargos de servir de zona de chegada dos hóspedes e de espaço de distribuição entre a recepção e os quartos.

Faltava agora criar um espaço de refeições que pudesse receber a totalidade dos hóspedes, com a quinta na sua máxima lotação. A área destinada a espaço de refeições, situada no interior da casa, estava longe de poder servir este tipo de situações, como tal, propôs-se o aproveitamento da adega como nova sala de refeições e o espaço anteriormente ocupado pela sala de provas da adega, seria transformada numa cozinha de característica industrial.

Consolidada a implantação do volume destinado aos quartos e ao seu programa adjacente, voltou-se novamente ao que se entendia como necessidade natural de projecto, designadamente fechar o lado Norte da eira, numa tentativa de impor, ao conjunto, a ordem que procurávamos, devolvendo significado àquele espaço.

Decidiu-se desta forma adicionar ao programa da quinta um espaço ao ar livre, mas coberto, que pudesse servir de alternativa à “varanda” situada a Sul nas alturas de maior calor.

Tentou enquadrar-se este volume entre dois muros pré-existentes, aproveitando o acesso anteriormente mencionado para criar uma ligação à zona de carvalhos. Este volume estaria ligado ao volume da adega, numa tentativa de complementar a sala de refeições.

A piscina foi um tema importante, uma vez que, por um lado, era necessária para dar a autonomia ao complexo turístico, por outro, era essencial encontrar uma localização que assumisse as características de um espaço comum, mas que simultaneamente oferecesse a privacidade necessária para se tornar um espaço de repouso. Outra das intenções seria arranjar uma forma de não desenquadrar a piscina do tema rural que inspirou a intervenção, na medida em que se queria uma piscina, que não entrasse em contradição com o imaginário de uma vida rústica. Com estes objectivos definidos, propôs-se uma piscina que se assemelha a um tanque, situada numa zona de proximidade com as zonas destinadas aos hóspedes, mas que consegue manter a privacidade em relação às zonas de maior permanência.

A piscina encontra-se alinhada com quatro oliveiras que proporcionam zonas de sombra em dias de forte exposição solar. Em relação à envolvente próxima da casa, uma das principais intenções que se tinha era tentar atenuar as delimitações físicas que separavam os diferentes espaços exteriores, uma delas provocada pelo muro que acompanhava o acesso automóvel à casa, pois embora o caminho dividisse a quinta em dois, o muro tornava essa divisão muito mais marcada.



01 Sala 02 Sala Jantar 03 Cozinha 04 Quarto 05 Instalação sanitária



Interior volume Habitação

Consequentemente, tentaram-se definir os espaços, devolvendo alguma da topografia natural da encosta e deixando o terreno misturar-se com os espaços exteriores da casa, fazendo tudo parte de um único momento. Na impossibilidade de controlar todos os m² do terreno, pretenderam-se criar dinâmicas de movimento e não barreiras a separar o construído do natural, integrando, desta forma, a casa numa encosta coberta de pinheiros.

A casa, mesmo tendo sido alvo de algumas obras de beneficência e de manutenção, não foi acompanhando o evoluir dos tempos, no que ao conceito de comodidade se refere, encontrando-se desenquadrada dos actuais padrões de conforto, no fundo, as pessoas a que se destina a Barrosa já não são as mesmas que habitavam a quinta anteriormente, têm outros padrões e é nessa mistura do que era e do que se quer oferecer, que se encontra a nova linguagem da Quinta da Barrosa.

O passar do tempo e a falta de manutenção fez com que estes elementos se encontrassem bastante degradados, motivando desta forma uma reorganização do espaço interior da casa, pois havia necessidade de propor alterações para tornar a casa habitável.

Da mesma forma como anteriormente foram feitas alterações com a construção das instalações sanitárias exteriores e posteriormente, com a realização de obras para a instalação de uma casa de banho no interior, havia agora necessidade de mudança: uma nova fase, o que impôs uma tomada de decisão quanto à manutenção de certos elementos construtivos da casa, nomeadamente dos pavimentos de madeira e tabiques.

As alterações introduzidas na casa antiga alicerçaram-se em características-chave deste edifício, tais como as paredes de alvenaria de pedra, a distribuição de vãos e as cotas de pavimento.

Atenta a compartimentação espacial pré-existente, a proposta não visou alterar totalmente a organização espacial dos elementos construtivos, em que se privilegiava uma relação directa de todos os espaços com o exterior, mas antes conferir-lhe novas continuidades entre os diferentes espaços, mantendo a ideia do corredor de circulação longitudinal.

Seguidamente, procedeu-se à completa eliminação das antigas funcionalidades da casa e à sua subsequente preparação para cumprir as funções pretendidas, clarificando as incumbências de ambos os volumes. Reorganizou-se o interior de forma a receber novas instalações sanitárias para os quartos e a criar um espaço colectivo de maiores dimensões que pudesse servir os dois volumes, uma sala de estar e uma sala de jantar que comunicam entre si, uma cozinha numa posição mais central e com uma ligação à eira.

Interior volume quartos

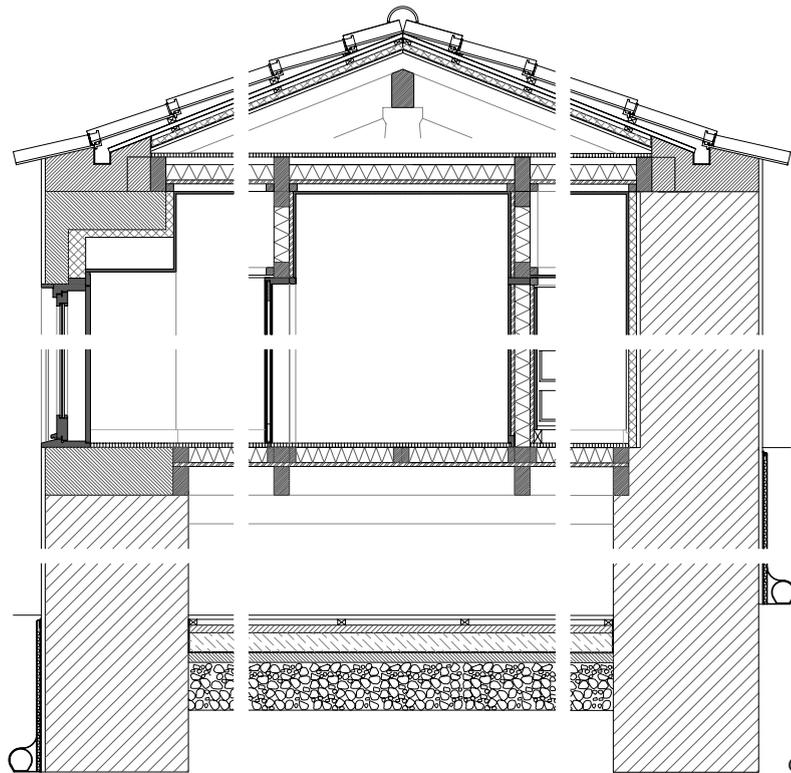
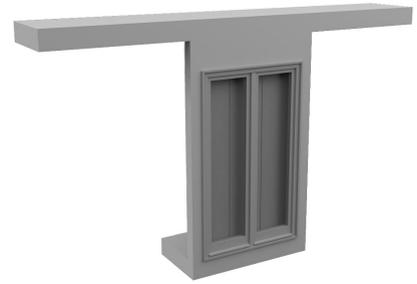
3.3- OPÇÕES CONSTRUTIVAS

DESDE O INÍCIO QUE SE PRETENDEU PRESERVAR O MAIS POSSÍVEL OS ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS EXISTENTES, EM ESPECIAL OS DO EXTERIOR COMO AS FACHADAS E A COBERTURA.

No que à casa diz respeito, a principal preocupação foi o restabelecimento do equilíbrio estrutural através da compensação do travamento das paredes de alvenaria de pedra, depois da remoção dos pavimentos de madeira. Havia também a necessidade de aumentar o pé direito no interior da casa que possuía, no volume dos quartos, uns meros 2,25m. Criou-se assim uma cinta de betão a percorrer o edifício que permitia elevar a estrutura da cobertura dando a estabilidade necessária às paredes exteriores.

As paredes da casa e da adega, apesar da sua espessura, necessitavam de ser complementadas com isolamento térmico no interior, para assim poderem cumprir normas regulamentares. Promoveu-se também uma continuidade do material de acabamento entre os planos da cobertura e das paredes verticais de modo a assegurar a criação de um invólucro interior. Para que o invólucro se completasse faltava definir as características dos envidraçados, que passou por uma solução de caixilharia de madeira de vidro duplo completada por portadas de madeira resultado de uma reinterpretação da caixilharia existente e típica deste tipo de habitação.

A falta de alinhamento de vãos exteriores na zona de quartos entre a fachada Nascente com a fachada Poente e a tentativa de fazer uma distribuição dos vãos das portas de entrada dos mesmos, de forma racional, de acordo com a estrutura de frontal, obrigou a



Corte Construtivo



Interior volume quartos

mais um pormenor retirando um pouco da simplificação espacial que foi sempre o intuito no projecto de reabilitação da casa.

Para construir as divisórias do interior da casa, tentaram-se manter métodos construtivos que se assemelhassem aos usados anteriormente, utilizando-se para esse efeito paredes de frontal. A parede frontal era anteriormente destinada a ser cheia de alvenaria

A cobertura em telha foi abordada de formas diferentes, quer na reconstrução da casa, quer na reconstrução da adega. Na casa, como iria servir como zona de arrumos, decidiu-se manter toda a sua estrutura visível até às varas. Permitindo assim dar mais alguma altura a um pé direito reduzido. O isolamento situar-se-ia acima das varas. No caso da adega, o objectivo era diferente, pois pretendiam-se destacar as asnas, por forma a marcar um ritmo no espaço comprido da sala de refeições. Assim, cobriu-se o plano das madres com pladur, deixando à vista única e simplesmente as asnas. Para poupar nas camadas de elementos a adicionar, colocou-se o isolamento entre madres, mais uma das diferenças em relação à hipótese utilizada na reconstrução da cobertura da casa.

Para o volume de quartos optou-se por um sistema estrutural de paredes de betão por forma a facilitar o processo construtivo de uma cobertura ajardinada que viria a receber, e partiu desta decisão e das suas potencialidades, a possibilidade do desenvolvimento de um reportório formal que surgiu ligado à caracterização dos espaços, à maior destreza no trabalhar as relações entre volumes, mas que também “cultivou a dissonância” entre a casa e novas construções, como forma de fazer transparecer tempos de construção, técnicas, materiais e obviamente sistemas construtivos diferentes.

A fachada, virada a Poente, precisava de uma forma de controlar a entrada directa dos raios solares ao final de tarde. Decidiu-se desta forma fazer um aproveitamento de alguns tijolos que restaram da demolição dos pilares junto à fachada Sul da habitação, para introduzir um conceito muito utilizado na arquitectura popular da região da Estremadura em que “o emprego do tijolo ressalta nas grelhas, em vedações ou mesmo edifícios, quando os construtores tiram partido dos cheios e vazios, dos claros e dos escuros, ao mesmo tempo que conseguem a criação de ambientes semifechados.”¹

¹ Arquitectura Popular em Portugal, 2º volume, Ordem dos Arquitectos, 4ª ed., Lisboa, 2004, pag.63

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TRABALHO RESULTANTE DESTA DISSERTAÇÃO não pretendeu incidir no desenvolvimento do conteúdo de alguns dos temas apresentados, pelo simples facto que já foram abordados de forma exaustiva em diversas outras teses de mestrado. Esta abordagem mais superficial acaba por servir o objectivo de contextualização, por forma a salientar a aplicabilidade dos conceitos estudados no projecto de arquitectura.

A proposta procura uma intervenção com um sentido de sensibilidade contextual e de integração num espaço, no entanto essa simbologia do lugar assume maior relevo, quando se está perante um espaço rural e uma arquitectura tradicional ou vernacular, na medida em que este tipo de arquitectura tem na sua génese a natureza local, a cultura do povo e os próprios materiais disponíveis e típicos da zona, tudo harmoniosamente conjugado com o meio envolvente.

À difícil tarefa de interpretar um edifício, somou-se a tentativa de, essencialmente, descortinar as diferentes camadas que compõem a quinta, de modo a fazer reflectir na proposta a continuação de uma história, através de uma intervenção não apenas arquitectónica, mas acima de tudo de clarificação do existente com a intenção de devolver uma unidade ao conjunto. Esta proposta serviu para demonstrar o potencial existente nestes exemplos da arquitectura popular, em que, mais do que construir com o objectivo de se deixar uma marca pessoal, se pretende juntar um depoimento aos vários já registados.

Neste sentido, o projecto resulta em mais uma camada que se acrescenta, procurando centrar-se na proposição de um equilíbrio entre o pré-existente e a proposta efectuada, numa clara aproximação aos princípios defendidos para uma reconversão em espaço rural, sempre com a intenção de fomentar através do projecto, as técnicas tradicionais de construção de forma a não perder a identidade e o significado histórico dos edifícios.

“De há muito que nos conhecíamos...

Mas só comecei a conhecê-la melhor quando, juntos iniciamos o romance da sua – e nossa – transformação. Havia que tocar-lhe, e tocar-lhe foi um acto de amor, longo e lento, persistente e cauteloso, com dúvidas e certezas, foi um processo sinuoso e flexível e não um projecto de estirador, foi um método de homem apaixonado e não de frio tecnocrata, foi um desenho de gesto mais do que um desenho de papel.

Foram assim 10 anos de longos gestos e de algum pouco papel, dez anos fixando e decidindo com cautela as transformações que ambos – ela e eu – iam amorosamente aceitando.”

Assim cruzámos as nossas vidas: hoje ela está lá prosseguindo no seu espaço e no seu tempo e o seu desenho aí está escrevendo e recordando a história do nosso romance.

De há muito que nos conhecíamos.

Porém agora conhecemo-nos melhor e ambos estamos diferentes.

FERNANDO TÁVORA

CASA DA COVILHÃ
GUIMARÃES 1973-1976

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina, coord. – **A Arquitectura Popular em Portugal** 3ª edição. Lisboa : Editora Ordem Arquitectos, 2004. 352 p. ISBN 9729766878.

AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina, coord. – **A Arquitectura Popular em Portugal** 3ª edição. Lisboa : Editora Ordem Arquitectos, 2004. 440 p. ISBN 9729766878.

AFONSO, João,ed - **IAPXX: inquérito à arquitectura do século XX em Portugal**. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2005. 285p. ISBN 9728897146.

ANACLETO, Regina - **Concelho de Arganil: historia e arte**. Arganil : Edição da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, 1983. 95 p.

APPLETON, João - **Reabilitação de Edifícios Antigos : Patologias e tecnologias de intervenção**. Alfragide : Edições Orion, 2003. 454 p. ISBN 9728620039.

BETTENCOURT, António – **Uma experiência de atelier : a primeira aproximação à actividade profissional.** Coimbra : [s. n.], 1995. 141 p. Prova Final de Licenciatura Apresentada ao Departamento de Arquitectura.

CABRITA, A.M. Reis ; AGUIAR, José - **Monografia Portuguesa sobre inovação e reabilitação de Edifícios.** Lisboa : LNEC, 1991.

CABRITA, A.M. Reis ; ALHO, Carlos, **Reabilitação de Edifícios de Habitação.** Lisboa : LNEC, 1987. pag. múlt.

FERNANDES, José Manuel Fernandes - **Arquitectura portuguesa: temas actuais.** Lisboa : Edições Cotovia, 1993. 183 p. ISBN 972802830X.

FERNANDEZ, Sérgio - **Percurso da arquitectura portuguesa.** 2ª ed. Porto : FAUP Publicações, 1988. 207 p.

FRAMPTON, Kenneth - **História crítica da arquitectura moderna.** 2ª ed. São Paulo : Thames and Hudson world of art, 2008. 529 p. ISBN 9788533624269.

GONÇALVES, Rui – **Arquitectura tradicional da bairrada.** Coimbra : [s. n.], 1996. 164p. Prova Final de Licenciatura Apresentada ao Departamento de Arquitectura.

HENRIQUES, Fernando - **A conservação do Património Histórico.** Lisboa : LNEC, 1991.

LEAL, Catarina Mendes - **O turismo rural e a União Europeia: uma realidade em expansão.** Coimbra : Almedina, 2001. 260 p. ISBN 9724014878.

LINO, Raul - **Casas Portuguesas.** Lisboa : Edições Cotovia, 1992. 114 p. ISBN 9728028148.

LINO, Raul - **A nossa casa: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples.** 3ª ed. Lisboa : Atlântida, [19--?]. 125 p.

LOBO, Susana - **Pousadas de Portugal, Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século XX**. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2006. 179 p. ISBN 9728704925.

MOURA, Eduardo Souto - **Santa Maria do Bouro : construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro**. 2ª ed. Lisboa : White & Blue, Lda., 2001. 79 p. ISBN 972865006X.

MOUTINHO, Mário - **A arquitectura Popular Portuguesa**. Lisboa : Editorial Estampa, 1979. 186 p. ISBN 9723310546.

NORBERG-SCHULZ, Christian – **Genius Loci : paesaggio, ambiente, architettura**. 3ª ed. Milano : Electa, 1996. 214 p. ISBN 884354263X.

PEREIRA, Paulo, ed. – **História da Arte Portuguesa**. Lisboa : Circulo de Leitores e Autores, 2008. 151 p. ISBN 9789724239637.

PINTO, Acácio - **Turismo em espaço rural: motivações e práticas: holandeses em Ferreira de Aves – Sátão**. Viseu : Palimage, 2004. 236 p. ISBN 9728575599.

PROVIDÊNCIA, Pedro - **Recuperação e Reabilitação do edifício da “antiga” Câmara Municipal da Mealhada**. Coimbra : [s. n.] , 1999. 99 p. Prov a Final de Licenciatura Apresentada ao Departamento de Arquitectura

RAMALHO, Paulo - **Tempos difíceis: tradição e mudança na Serra do Acor**. Arganil : Câmara Municipal, 1999.

SARAMAGO, José - **Viagem a Portugal**. 20ª ed. Lisboa : Caminho, 2002. 395 p. ISBN 9722109669.

SEGURADO, João Emílio - **Trabalhos de Carpintaria civil**. 6ª ed. rev. Lisboa : Livraria Ailand e Bertrand, 1978. 395 p. (Biblioteca de Instrução Profissional).

SEGURADO, João Emílio - **Alvenaria, Cantaria e Betão**. 6ª ed. Lisboa : Livraria Ailand

e Bertrand, [19--?]. 513 p. (Biblioteca de Instrução Profissional).

SEGURADO, João Emílio - **Edificações**. 4ª ed. Lisboa : Livraria Ailand e Bertrand, [19--?] . 251 p. (Biblioteca de Instrução Profissional).

SIZA, Álvaro - **Casa de Chá da Boa Nova**. Lisboa : Editorial Blau, 1992 . 30 p. ISBN 9728311435.

TÁVORA, Fernando - **Da organização do espaço**. 3ª ed. Porto : FAUP Publicações, 1996. 75 p. 9729483221.

TOSTÕES, Ana – **Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50**. 2ª ed. Porto : Faculdade de Arquitectura, 1997. 349 p. ISBN 9729483302.

TOUSSAINT, Michel - **Casa de férias em Ofir**. Lisboa : Editorial Blau, 1992 . 30 p.

TRIGUEIROS, Luíz - **Fernando Távora**. Lisboa : Editorial Blau, 1993 . 216 p.

VALE, Luis – **Miguel Torga e a região de Arganil**. Porto : Humbertipo. 1996. 81 p.

VENTURI, Robert – **Complexidade e contradição em arquitectura**. 2ª ed. São Paulo : Martins Fontes Editora, 2004. 217 p. ISBN 853361957X.

WEB SITES CONSULTADOS

Turismo Rural [Em linha]. [Consult. 2008]. Disponível em WWW:< URL:<http://www.turismorural.pt/>

Turismo Centro de Portugal [Em linha]. [Consult. 2008]. Disponível em WWW:< URL:<http://www.turismodocentro.pt/coimbra/>

Turismo de Portugal [Em linha]. [Consult. 2008]. Disponível em WWW:< URL:. <http://www.turismodeportugal.pt/>

Legislação que regula actualmente a actividade de Turismo em Espaço Rural:

Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março

Consagra o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, procedendo à revogação dos diversos diplomas que actualmente regulam esta matéria e reunindo num único decreto-lei as disposições comuns a todos os empreendimentos.

Portaria n.º 327/2008 de 28 de Abril

O Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que aprovou o novo regime jurídico dos empreendimentos turísticos, veio alterar de forma profunda o quadro legal que regia o processo de instalação, exploração e funcionamento desses empreendimentos.

A alteração legislativa efectuada incidu sobre as várias fases do processo de instalação dos empreendimentos turísticos, tendo sido particularmente inovadora no que respeita ao processo de classificação.

É na sequência da mencionada disposição legal que se tornou necessário estabelecer os requisitos específicos da instalação, classificação e funcionamento daqueles empreendimentos turísticos para que, mediante o seu cumprimento, possam ser classificados numa das categorias previstas.

Portaria n.º 517/2008 de 25 de Junho

Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local.

Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto

Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural.

Portaria n.º 1320/2008 de 17 de Novembro

Estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo.

Decreto Regulamentar n.º 20/2008 de 27 de Novembro

Estabelece os requisitos específicos relativos às instalações, funcionamento e regime de classificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas.



Ameixeira



Tília



Ameixeira



Tilia



1



2



3



4



5



6



7



8



